

RECLAIM EUROPE!

Um projeto pela participação da sociedade civil numa Europa comum

Em que Europa queremos viver? O que tem de mudar para que nós, cidadãs e cidadãos, nos sintamos legitimamente membros de pleno direito? Como são avaliados os instrumentos já existentes de participação para que a sociedade civil exerça a sua influência a nível das decisões das instituições europeias? O que tem de mudar? Que ideias e projetos para uma vivência comum da Europa já existem fora das instituições? E como pode o trabalho em rede ajudar a reforçá-los?

Com estas questões como pano de fundo, o projeto “Reclaim Europe!”, promovido pela Fundação Friedrich Ebert em Portugal, convida associações, movimentos e outros grupos da sociedade civil para um debate alargado sobre as possíveis formas de as populações participarem na construção da Europa e influenciarem os processos de decisão. Juntamente com parceiros interessados da sociedade civil organizada, pretendemos promover uma troca de opiniões e de experiências com o intuito de questionar criticamente a conceção unilateral da integração europeia por parte das elites e das instituições europeias.

O processo de diálogo tem por objetivo dar a um público especializado a oportunidade de: 1) alargar as suas redes e concertar posições comuns, 2) desenvolver propostas que identifiquem novos modelos de participação e, por último, 3) dar uma nova voz às propostas e reivindicações mais relevantes, divulgando-as por via do debate num fórum internacional com partes interessadas da sociedade civil e da política, bem como com todo o público interessado.

Em foco: Participação e contributo em diferentes meios territoriais

Identificámos como pontos de partida duas áreas de atuação de organizações da sociedade civil que refletem novas desigualdades territoriais e, ao mesmo tempo, os problemas de integração europeia. Trata-se de processos interdependentes que têm atualmente um forte impacto na estrutura social e territorial em Portugal: por um lado, a desertificação das regiões rurais avança a passos largos, o que no ano passado, devido aos devastadores incêndios florestais, causou profunda comoção a nível internacional; por outro lado, nos centros urbanos como Lisboa e Porto, agravam-se as desigualdades no acesso à habitação e ao espaço público, como consequência da globalização e à semelhança do que acontece em muitas outras cidades europeias.

Ao invés de proteger as cidadãs e os cidadãos dos efeitos negativos destas mudanças, as decisões das instituições da UE intensificaram a desigualdade social em muitos aspetos. Embora as desigualdades territoriais estejam presentes há muito tempo, sob a forma da política de coesão da UE, não há solução à vista.

Grande parte dos esforços envidados pelas organizações da sociedade civil que lidam com estes desafios está, obviamente, direcionada para tratar problemas concretos a nível local. Não obstante, as organizações vêem-se confrontadas no seu trabalho com a forma como as instituições da UE lidam com estes processos – ou como, de outra forma, se perde a oportunidade de aproveitar estas temáticas para promover decisões políticas de relevância a nível europeu. Ao mesmo tempo, olhar para a Europa para além das fronteiras nacionais pode estimular a aprendizagem através de exemplos a nível local – de boas práticas, mas também de fracassos – noutras partes do continente com problemas semelhantes, bem como promover a constituição de parcerias e a troca de experiências.

Superar os limites (da participação): reivindicar a Europa

As relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e as instituições da UE caracterizam-se por diferentes possibilidades de participação a diversos níveis, não sendo equitativamente acessíveis a todas e todos os intervenientes. Estas assumem formas como o trabalho de fundo sobre temas europeus, inquéritos às cidadãs e aos cidadãos, o novo instrumento da iniciativa de cidadania europeia e o trabalho de *lobbying* das confederações da sociedade civil, bem como as eleições do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Também o financiamento das atividades das ONG por parte das instituições da UE, que, naturalmente, se pauta pelos objetivos políticos dos financiadores, constitui um tipo de relação.

Mas, além das estruturas participativas orientadas para as instituições da UE, existem outras opções para construir a Europa. É possível criar e reforçar visões alternativas da Europa através de redes e parcerias da sociedade civil europeia, reunir recursos e exigir a participação. Com base nas experiências e expectativas de diferentes partes interessadas, serão desenvolvidas ideias e reivindicações para delinear formas de construir a Europa em conjunto. Trata-se de confrontar as elites políticas, económicas, financeiras, culturais e intelectuais europeias com as ideias locais e regionais bem consolidadas da Europa e de conceber e viver a UE não apenas como um projeto económico das instituições, mas como uma comunidade de valores, democrática e participativa.

Processo de diálogo: Etapas do projeto e *outputs*

O **seminário “Reclaim Europe! – Estratégias em rede”**, que terá lugar em **Castelo Branco**, no dia **22 de setembro**, e que será organizado em conjunto com a Associação EcoGerminar e apoiado pelo Fórum Cidadania & Território e o Centro Artístico Albicastrense, faz parte da primeira etapa do processo.

Esta primeira etapa consiste em encontros locais de reflexão estratégica, no âmbito dos quais convidamos as e os participantes a debater connosco a dimensão europeia das suas áreas de atuação. Um dos objetivos dos encontros é conhecer, partilhar e reforçar a divulgação das experiências das/os participantes. Queremos debater em que medida estas são também questões europeias e como pode uma perspetiva europeia, também para além das instituições da UE, contribuir para abordar as mesmas, seja formulando reivindicações comuns, seja através da aprendizagem mútua e em rede.

As posições e propostas de participação na Europa elaboradas nos encontros de reflexão estratégica constituirão o pano de fundo para o segundo passo, um evento público, que dará às organizações participantes espaço para se posicionarem em relação às instituições da UE, para formularem conceitos alternativos, para promoverem redes internacionais e para impulsionarem as próximas etapas do trabalho conjunto no âmbito do projeto.